

MODENA 1831: DA CONJURAÇÃO AO MOVIMENTO INSURRECIONAL NO DUCADO ESTENSE

Luiz Felipe dos Santos Narciso¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar um dos eventos representantes da onda insurrecional ocorrida na Península Itálica em 1831, a insurreição modenense. Esta análise terá como objetivo compreender as origens do evento insurrecional, as suas características e consequências, além de seu impacto para o decorrer do processo de unificação nacional italiano. Utilizar-se-á como metodologia a discussão bibliográfica sobre o tema acrescida da análise do documento intitulado *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d'Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*, tendo como respaldo teórico os debates acerca do nacionalismo, apresentados por Gaeta (1981), Hobsbawm (1977) e Acton (2000), e aqueles de Finelli (2015) sobre municipalismo. Busca-se sustentar neste trabalho a hipótese de que o movimento modenense já apresentava características nacionalistas e que a busca pela unificação começava a se aproximar do horizonte de atuação dos insurretos, entretanto, os interesses locais e regionais ainda ofuscavam os nacionais, em virtude do municipalismo ainda existente.

Palavras-Chave: Moti del 1831. Ducado de Módena. Conjuração Estense. Insurreição Modenense. Ciro Menotti.

MODENA 1831: FROM THE CONJURATION TO THE INSURRECTIONAL MOVEMENT IN THE ESTENSE DUCHY

Abstract: The purpose of this article is to analyze one of the movements representing the insurrectional wave occurred in the Italian Peninsula in 1831, the Modena uprising. This analysis seeks as an objective to understand the origins of the event, as well as its characteristics and consequences, beyond its importance for the continuity of the process of Italian national unity. The methodology will be the bibliographical discussion and the analysis of the document entitled *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d'Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*, based on the debates about nationalism, presented by Gaeta (1981), Hobsbawm (1977) and Acton (2000), and those of Finelli (2015) about municipalism. This paper seeks to support the hypothesis that the Modenese movement already presented nationalistic characteristics and that the search for unification began to approach the horizon of action of the insurgents. However, local and regional interests still overshadowed national ones, due to the still existing municipality.

Keywords: Moti del 1831. Duchy of Modena. Estensi's Conjuraton. Modenese Insurrection. Ciro Menotti.

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este artigo é desdobramento do trabalho intitulado *Modena 1831: Uma Análise da Experiência Insurrecional do Ducado Estense*, apresentado na VI Semana de História da UFRJ em 28 de novembro de 2023. E-mail para contato: lfelipesnarciso@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1885048390264909>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6255-2040>.

1 Introdução

As Insurreições de julho de 1830 iniciadas na França, conhecidas pela historiografia como Os Três Dias Gloriosos ou Jornadas de Julho, além de terem sido responsáveis por levar ao poder o “rei burguês” Luís Felipe de Orleans e, derrubar a dinastia borbônica, também levaram à ocorrência de uma nova onda insurrecional na Europa, uma vez que ela inspirou outros eventos insurrecionais como a Independência da Bélgica do Reino dos Países Baixos, a frustrada tentativa de emancipação polonesa e as sublevações ocorridas na Itália Central contra o Absolutismo e o mau governo presente nos Ducados de Módena e Parma e nos Estados Pontifícios, áreas sob domínio austríaco e papal respectivamente.

Entre o início de fevereiro e o final de março de 1831, uma série de perturbações irromperam-se nestes espaços causando a fuga da duquesa Maria Luísa de Parma para Placência e do duque Francesco IV de Habsburgo-Este para Mantova, além da declaração de derrubada do poder temporal do Papa Gregório XVI nos Estados Pontifícios. Após estes eventos, foram estabelecidos governos provisórios sediados em Módena e em Parma, além da proclamação das chamadas Províncias Unidas Italianas, formadas pelas províncias insurretas dos Estados Pontifícios.

Estas experiências foram de curta duração, já que o exército austríaco não tardou para intervir nestes espaços, pois boa parte deles era seus domínios diretos. Logo no início de março, os austríacos intervieram em Parma e em Módena, o que possibilitou o retorno dos soberanos aos territórios ducais, no entanto, a desmobilização completa dos movimentos ocorreu apenas no final do mês, quando da capitulação de Ancona, ocorrida em 29 de março de 1831.

Após esta breve contextualização, convém apontar o principal objetivo deste artigo, que é analisar a experiência insurrecional ocorrida em uma localidade específica, o Ducado de Módena. Esta análise objetiva levar em consideração os antecedentes, as motivações, o movimento em si, as suas consequências e, sobretudo, as suas características.

Neste trabalho, será utilizada como metodologia a discussão da bibliografia especializada sobre o tema e a análise do documento intitulado *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d' Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*², que continha um plano para a formação de uma Itália unificada com base em uma monarquia representativa em que o soberano seria escolhido por uma Assembleia ou Congresso Nacional.

² Tradução do Italiano: Ideias para organizar as inteligências entre todas as cidades da Itália para sua independência, união e liberdade (tradução própria).

A escolha dos elementos supracitados busca principalmente compreender especificamente como este movimento pode ser caracterizado e, a principal hipótese é de que ele apresentava características nacionalistas e, que a busca pela unificação começava a fazer parte do horizonte de atuação dos insurretos. No entanto, o que foi colocado em prática refletia ainda a permanência do municipalismo e da prevalência dos interesses e realidades locais e regionais sobre os nacionais. Ademais, para que se possa refletir sobre estes elementos, convém retomar as ilações teóricas de Hobsbawm (1977), Acton (2000) e, Gaeta (1981) sobre nacionalismo e, aquelas de Finelli sobre municipalismo (2015).

2 A Experiência Estense: Da Conjuração à Insurreição

Para que se possa compreender as origens da insurreição modenense de 1831, é necessário retroceder pelo menos cinco anos, quando do início daquilo que se convencionou chamar de *Congiura Estense*, ou Conjuração Estense, trama digna de uma obra-prima de Pirandello (SPADOLINI, 1993, p.69 apud PECORARO, 2001, p. 838).

Passados os anos das perseguições aos Carbonários, ocorridas entre 1820 e 1822³, o ambiente político no ducado tendeu a uma maior moderação, ainda que em 1824 tenha sido publicado o édito contra os maçons, responsável por culpabilizá-los pelas perturbações políticas ocorridas nos anos anteriores (NARCISO, 2024, p.838). Foi por volta de 1826, que o advogado Enrico Misley, que também pertenceu à Carbonária, buscou aproximar-se do duque Francesco IV, dando início à *Congiura Estense*.

Esta aproximação tinha por objetivo atender, ao mesmo tempo, aos interesses de Misley e do duque. Para o primeiro, esta aliança representaria a possibilidade da transformação do Ducado de Módena em um Estado constitucional e, posteriormente, até mesmo em um Estado Unificado; ao passo que Francesco IV buscava a expansão de seu território, o que levaria consequentemente à ampliação de seu poder (LA RIVOLUZIONE..., [s.d.]; MONTANELLI, 2013, p.376-377; PECORARO, 2001, p. 839).

É interessante apontar que desde que fora confirmado pelas atas finais do Congresso de Viena, Francesco IV buscava constantemente a ampliação de seu território, com o intuito de fazer

³ Para mais informações sobre estas perseguições, ver: NARCISO, Luiz Felipe dos Santos. As Perseguições aos Carbonários no Ducado de Módena entre 1820 e 1822. *Revista Eletrônica Discente Homos*, ISSN: 2675-8725, 2023, v.4, p.300-310; PECORARO, Mario. Massoneria, società segrete e “congiura estense”. In: SPAGGIARI, Angelo; TRENTI, Giuseppe. (orgs.). *Lo Stato di Modena: Una Capitale, una dinastia, una civiltà nella storia d’Europa*. Módena: Ministero per I Beni e Attività Culturali, 2001.

com que seu poder ducal ganhasse uma dimensão real, ou seja, visava à formação de um reino chefiado pelo cetro da Casa de Habsburgo-Este. Segundo as atas:

ARTICLE XCVIII: His Royal Highness The Archduke Francis d'Este, his heirs and successors, shall possess, in full Sovereignty, the Duchies of Modena, Reggio, and Mirandola, such as they existed at the signature of the Treaty at Campo-Formio (...) (OAKES; MOWAT, 1930, p.84)⁴.

Essas atas foram responsáveis também pela manutenção da divisão da Península Itálica e pela legitimação da dominação estrangeira, principalmente a austríaca. Segundo Eric Hobsbawm, o território italiano era basicamente um protetorado austríaco, pois sua influência fazia-se sentir em maior ou menor grau em toda a península (1977, p.20). Nas porções setentrionais, havia os reinos do Piemonte-Sardenha e o Lombardo-Vêneto, o primeiro era chefiado pela Casa de Savoia⁵, o único Estado independente dentre os existentes naquela região, o segundo, por sua vez, encontrava-se sob jugo austríaco (NARCISO, 2021, p.165-166).

Nas regiões centrais, além do Ducado de Módena, havia o Ducado de Parma e o Grão-ducado da Toscana, que também se encontravam sob influência austríaca, e os Estados Papais ou Pontifícios, possessões cujo controle era exercido pelo Papa. Por fim, todas as áreas meridionais encontravam-se reunidas sob o Reino das Duas Sicílias, que surgiu após o Congresso de Viena por meio da unificação dos antigos Reinos de Nápoles e da Sicília, e estavam sob o cetro dos Bourbon (NARCISO, 2021, p.165-166).

Conforme foi mencionado acima, as possessões estenses⁶ deveriam ser restauradas levando em consideração a sua dimensão territorial quando da assinatura do Tratado de Campoformio, ocorrida em 1797, o que naturalmente desagradava ao duque. Nos anos seguintes, o mesmo buscou meios para obter a expansão territorial, seja por meio da filiação à seita dos *Concistoriali*⁷ ou da tentativa frustrada de ingressar na sucessão ao trono sardo-piemontês durante o Congresso de Verona de 1822 (PECORARO, 2001, p. 834-839).

Seus interesses expansionistas foram, de certa forma, concretizados quando obteve os Ducados de Massa e Carrara, em 1829, após a morte de sua mãe Maria Beatriz d'Este. Convém

⁴ Tradução do Inglês: Artigo XCVIII: Sua Alteza Real o Arquiduque Francesco d'Este, seus herdeiros e sucessores, tomam posse em total soberania dos Ducados de Módena, Reggio e Mirandola, da forma em que existiam quando da assinatura do Tratado de Campoformio (tradução própria).

⁵ Casa dinástica que chefiava o Reino do Piemonte-Sardenha, Estado com possessões continentais, a exemplo do Piemonte e da região da Ligúria, e insulares, como a Sardenha. A partir de 1848, incumbiu-se da condução do processo de unificação nacional italiano.

⁶ Relativo à Casa de Este.

⁷ Seita reacionária que tinha como principal característica a retomada do guelfismo, ou seja, a defesa do Papado, com o intuito de conquistar os territórios austríacos em nome do Papa.

apontar que esta aquisição também constava no mesmo artigo citado anteriormente (OAKES; MOWAT, 1930, p.84). Assim, o seu envolvimento no plano que estava sendo orquestrado por Misley poderia levar à ampliação do Ducado Estense tanto pelos arredores na Itália Central, quanto para Estados, ou regiões, com dimensões mais amplas, como o Reino do Piemonte-Sardenha e a Lombardia (MONTANELLI, 2013, p.377; MOTI DEL 1830-31, [s.d.]).

Até os dias de hoje, esta aproximação entre Enrico Misley e Francesco IV mostra-se bastante contraditória e pouco realista, o que intriga diversos historiadores e pesquisadores do tema (PECORARO, 2001, p.838; FRIGERIO, 2011, p.45; TESTA, [s.d.], p.26). Um dos elementos que explica a carga de contraditoriedade dos eventos modenenses foi justamente o fato de terem sua origem em uma aliança que tinha como um de seus membros um chefe de Estado absolutista, que legitimava seu poder com base no direito divino, conforme fica explícito na seguinte frase “*Cristo in cielo, io quaggiù*”⁸ (PECORARO, 2001, p. 839).

No entanto, a aproximação de líderes liberais e constitucionalistas com um chefe de Estado, ou aspirante ao cargo, não foi uma peculiaridade modenense, pois também foi encontrada nos eventos piemonteses de 1821, quando os liberais aproximaram-se do Príncipe de Carignano Carlos Alberto, que se tornaria brevemente rei dos Estados Sabaudos⁹. Pode-se afirmar que estas aproximações consistiam numa estratégia dos liberais italianos, estes acreditavam que a consecução da unidade nacional seria facilitada ao persuadir um monarca (FRIGERIO, 2011, p.46; DUGGAN, 2016, p.131).

No caso da Conjuração Estense, a presença do duque Francesco IV era considerada ideal. Misley assim a considerava por conta de suas ambições expansionistas, pela sua autoridade, e também pela ligação com os Habsburgo, já que era um soberano “metade italiano, metade austríaco” nas palavras de Montanelli (2013, p. 376).

Após conquistar a simpatia do duque, o próximo passo adotado por Misley foi a busca pela adesão dos italianos exilados, que se reuniam no Comitê dos Exilados, em Londres, e principalmente no Comitê Cosmopolita, em Paris (PECORARO, 2001, p.840; TESTA, [s.d.], p.40; MONTANELLI, 2013, p.373-374). No entanto, as expectativas dos insurretos modenenses em relação à França não se restringiam ao apoio dos exilados dos movimentos de 1820-21.

⁸ Tradução do Italiano: “Cristo no céu, eu cá embaixo”(tradução própria).

⁹ Para mais informações sobre os eventos piemonteses de 1821, ver: TALAMO, Giuseppe. Società Segrete e gruppi politici liberali e democratici sino al 1848. In: LEVRA, Umberto. **Storia di Torino (Volume VI): La città nel Risorgimento (1798-1864)**. Turim: Giulio Einaudi, 2000.

Em julho de 1830, a Europa foi surpreendida pela ocorrência de uma nova onda de eventos insurrecionais, iniciada na França. A intransigência de Carlos X ao promover as Ordenações de Julho, que consistiam em medidas que estabeleciam restrições à liberdade de imprensa e o fechamento da Câmara dos Comuns, levou novamente os franceses às ruas durante três dias, que ficaram conhecidos como “Os Três Dias Gloriosos”.

A principal consequência dos eventos franceses foi a derrubada da dinastia borbônica e a ascensão ao trono da monarquia orleanista, na figura de Luís Felipe de Orleans, coroado como rei dos franceses (MOTI DEL 1830-1831, [s.d.]). Após chegar ao poder, destacaram-se algumas medidas implementadas como a diminuição do Censo eleitoral, a separação entre Igreja e Estado, o restabelecimento da liberdade de imprensa e o aumento das funções do Parlamento (SCIROCCO, 2004, p.140; TESTA, [s.d.], p. 25) e, aquela que, sem dúvidas, encheu os insurretos italianos de esperanças de um possível apoio francês em suas empreitadas, o princípio de não-intervenção.

Segundo este princípio, os franceses buscariam impedir, até mesmo com o uso da força, a intervenção de um Estado nos afazeres políticos de outro, que naquele momento significava a repressão de movimentos liberais e constitucionalistas (FRIGERIO, 2011, p.45; MONTANELLI, 2013, p.373). Contudo, o rei Luís Felipe de Orleans, recém-chegado ao poder, necessitava da simpatia e da aceitação das principais potências da época, a exemplo da Inglaterra, Áustria e Rússia (VANNUCCI, 1880, p.12), esta necessidade fez com que brevemente o princípio em questão adquirisse outro significado, que será apresentado mais adiante.

Em outubro de 1829, a conspiração modenense passou a contar com a presença de outro personagem, Ciro Menotti. Comerciante originário de Carpi, Menotti já era membro da Sociedade dos Carbonários desde 1821, quando se envolveu na difusão da Proclamação Latina¹⁰, que resultou em sua prisão, mas diferente de outros sectários, não foi submetido à autoridade do Tribunal de Rubiera¹¹ (NARCISO, 2024, p.838).

Após o afastamento de Miskey, coube a Menotti a função operativa do movimento, pois este era mais um organizador do que um teórico, nas palavras de Pecoraro (2001, p. 846). Foi Ciro Menotti o responsável por manter o contato com o duque, ao mesmo tempo que buscava o apoio dos comitês insurrecionais formados em algumas localidades do entorno, a exemplo de Parma, Bolonha,

¹⁰ Proclamação emitida pelos carbonários modenenses em fevereiro de 1821, intitulada *Strenui Milites Hungari!*, e que teve como objetivo suplicar para que os soldados incumbidos da repressão do movimento napolitano não prosseguissem a sua marcha.

¹¹ Tribunal instituído em 15 de junho de 1822 com o propósito de julgar e condenar aqueles que fossem suspeitos de pertencer às sociedades secretas.

Mantova, Florença, Romanha e, até mesmo, de Paris onde seria formado um comitê central (LA RIVOLUZIONE..., [s.d.]; SCIROCCO, 2004, p. 143; TESTA, [s.d.], p.29).

É conveniente apontar que já neste momento surgiram desconfiças em relação à posição do duque nesta conspiração, partindo dos toscanos, que não acreditavam que Francesco IV poderia guiar a formação de um Estado Italiano Unificado em decorrência de seu laço com a Áustria (FRIGERIO, 2011, p.46-47). Estas desconfiças foram, de certa forma, fundamentadas após o colóquio entre Ciro Menotti e o duque, realizado em 19 de setembro de 1830 (PECORARO, 2001, p.841).

Após este colóquio, o duque adotou uma postura mais reticente em relação ao movimento, demonstrando o início de seu afastamento. Segundo Pecoraro, este afastamento explica-se pela influência do estabelecimento do princípio de não-intervenção (2001, p.841), posteriormente, sua postura ambígua também ficou evidente em ações como a solicitação de um empréstimo de canhões provenientes do Reino do Piemonte-Sardenha e do recrutamento de soldados vindos de Frignano (PECORARO, 2001, p.842).

Foi também após este colóquio que Menotti elaborou o plano intitulado *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d'Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*, que será analisado de forma mais aprofundada na próxima seção, mas, que tinha como objetivo a libertação da Itália para a construção de um Estado Unificado (DOUMANIS, 2001, p.57). Neste documento, ficou estabelecido que a unificação da Itália deveria ocorrer por meio de uma monarquia representativa, em que o soberano seria escolhido por uma Assembleia, sediada provisoriamente em Bolonha e, posteriormente em Roma de forma definitiva (PECORARO, 2001, p.842; FRIGERIO, 2011, p.46; TESTA, [s.d.], p.28).

Mesmo com esta postura contraditória, o duque Francesco IV ainda tinha ciência dos planos para a ocorrência do movimento, e o principal deles era que a insurreição ocorreria em 05 de fevereiro de 1831, data que foi combinada com os carbonários de Bolonha (LA RIVOLUZIONE..., [s.d.]). De acordo com este plano, o duque seria feito prisioneiro e as portas do ducado seriam abertas aos insurretos vindos dos centros menores do Estado estense, a exemplo de Sassuolo e Carpi, enquanto a bandeira tricolor seria hasteada (LA RIVOLUZIONE..., [s.d.], TESTA, [s.d.], p.28).

No entanto, a ocorrência dos planos insurrecionais foi frustrada por uma reviravolta promovida por Francesco IV. Em 03 de fevereiro, dois dias antes do início da insurreição, foram tomadas medidas para evitar que o movimento ocorresse; a primeira delas foi a expulsão dos generais Zucchi e Fontanelli (MONTANELLI, 2013, p.380). A segunda ocorreu graças a uma

delação, que levou a polícia até à casa de Ciro Menotti, onde ele e mais 43 insurretos estavam reunidos (VANNUCCI, 1880, p.14; LA RIVOLUZIONE..., [s.d.]).

Após um inevitável confronto entre os insurretos e a polícia ducal, o resultado foi a prisão de alguns dos participantes do movimento, dentre eles o seu principal líder, Ciro Menotti. Contudo, dois dias mais tarde, quando Francesco IV acreditava ter suprimido o possível foco insurrecional, chegou até ele a notícia de que os insurretos bolonheses estariam se dirigindo ao ducado para cumprir aquilo que havia sido estabelecido anteriormente, notícia que posteriormente mostrou-se fantasiosa (TESTA, [s.d.], p.32).

Ainda que esta notícia tenha sido falsa, ela foi responsável pela fuga do duque para Mantova. Antes de sua partida, Francesco IV buscou o auxílio do General Frimont, este, no entanto, recusou, alegando que não vinha de ordens explícitas de Viena (TESTA, [s.d.], p. 32). Após partir para Mantova, levando Menotti como prisioneiro, a cidade foi palco de uma insurreição contra a regência que ali foi estabelecida.

Quatro dias mais tarde, em 09 de fevereiro, foi redigido pelo notário Vincenzo Borelli o documento intitulado *Deliberazione dei Cittadini Modenesi*¹²(DOCUMENTI...,1860, p.94). Por meio deste documento, foi declarada a derrubada da dinastia de Habsburgo-Este, a soltura dos presos políticos, sobretudo daqueles envolvidos nos planos insurrecionais e, a concessão do cargo de Ditador a Biagio Nardi, que passou a exercer os poderes Executivo e Legislativo (DOCUMENTI...,1860, p.94).

Em Mantova, Francesco IV declarou a nulidade das ações promovidas pelo governo provisório, além de apontar que retornaria aos seus domínios (DOCUMENTI..., 1860, p.19). Em 18 de fevereiro de 1831, os Governos Provisórios de Módena e Reggio fundiram-se, formando um Governo Provisório único constituído por seis cidadãos eleitos (VANNUCCI, 1880, p.19), e que seria chefiado por Pellegrino Nobili, tendo Nardi como coordenador (TESTA, [s.d.], p.33).

É interessante pontuar que os movimentos insurrecionais não se restringiram ao Ducado de Módena, uma vez que os Estados Pontifícios e o Ducado de Parma também passaram por perturbações. Em Bolonha, foi estabelecido um Governo Provisório, em 05 de fevereiro, que posteriormente juntou-se a outras províncias insurretas dos Estados Pontifícios para formarem as Províncias Unidas Italianas, que foram consideradas pelo historiador francês Jean-Baptiste Duroselle como “preâmbulo de uma unificação mais vasta” (1985, p.17). O principal documento

¹² Tradução do Italiano: Deliberação dos Cidadãos Modeneses (tradução própria).

emitido nas Províncias Unidas Italianas foi a sua constituição, em 26 de fevereiro, que, dentre outros elementos, decretou a derrubada do poder temporal do Papa (TESTA, [s.d.], p.38).

No Ducado de Parma, o movimento insurrecional não foi destinado à duquesa Maria Luísa de Habsburgo, mas sim ao seu odioso ministro Joseph von Werklein, conforme foi expressado no mote dos insurretos: “*Viva la duchessa, morte a Werklein*”¹³ (MONTANELLI, 2013, p.382). Estes movimentos obrigaram a duquesa a fugir para a província de Piacenza, de onde solicitou a intervenção austríaca.

A intervenção austríaca nos Ducados de Parma e Módena foi considerada assunto de família (FRIGERIO, 2011, p.49), o que impossibilitou a aplicação do princípio de não-intervenção, evocado por Luís Felipe de Orleans, de onde provinham as esperanças dos insurretos modenenses. Ao serem solicitados, os austríacos intervieram no Ducado de Parma primeiramente, em 01 de março, e em Módena, três dias mais tarde, possibilitando o retorno dos soberanos (LA RIVOLUZIONE, [s.d.]).

Francesco IV retornou ao Ducado de Módena em 09 de março de 1831, trazendo Menotti consigo como prisioneiro. Em 20 de março, o duque emitiu um decreto estabelecendo uma Comissão Militar, que seria incumbida do julgamento daqueles que conspiraram e lutaram contra as tropas ducais (DOCUMENTI..., 1860, p.20-21). Conforme este decreto:

Art.1. Tutti Coloro, che la sera del 3 febbrajo p.º p.º si raccolsero nella Casa di Ciro Menotti coll’ empio disegno di venirci ad aggredire nella Nostra Residenza, e che fecero fuoco sulle Trupe Estensi, e persino contro la Nostra Persona, saranno giudicati dalla Commissione Militare già da Noi a quel tempo nominata, e la quale non fu mai disciolta, ma sospesa soltanto per le circostanze (...) (DOCUMENTI...,1860, p.20-21)¹⁴.

Ainda segundo este decreto, ficou estabelecido que aqueles que fizeram parte do governo revolucionário, formado após a fuga do duque, seriam julgados por um Tribunal *Statario*, retomando a lei de 14 de março de 1821 (DOCUMENTI..., 1860, p.21). Esta lei foi emitida no contexto das perseguições aos carbonários no Ducado Estense, ocorridas no decênio anterior, e foi responsável por incumbir o julgamento e a condenação dos réus de lesa-majestade a um tribunal que deveria ser convocado pelo soberano.

Em relação aos eventos ocorridos no ducado nos anos 1820, esta insurreição atingiu um patamar mais elevado, uma vez que ocorreu a formação de um governo provisório e a dinastia

¹³ Tradução do Italiano: “Viva a duquesa, morte a Werklein”(tradução própria).

¹⁴ Tradução do Italiano: Art.1. Todos Aqueles, que na noite de 3 de fevereiro recolheram-se na Casa de Ciro Menotti com o ímpio projeto de vir e nos agredir em Nossa Residência, e que dispararam sobre as Tropas Estenses, e inclusive contra Nossa Pessoa, serão julgados pela Comissão Militar por nós já nomeada naquele momento, e que não foi dissolvida, mas suspensa apenas pelas circunstâncias (...) (tradução própria).

reinante foi declarada derrubada (NARCISO, 2024, p.840). Por conta disso, foi instituída outra instância além da Comissão Militar, o Tribunal de Módena, instituído oficialmente em 06 de abril de 1831, que tinha jurisdição sobre aqueles que compuseram por vontade própria as tropas rebeldes e sobre os que fizeram parte do governo revolucionário (DOCUMENTI..., 1860, p.21-26).

No mês seguinte, em 26 de maio de 1831, Ciro Menotti, o grande articulador da insurreição, e Vincenzo Borelli, notário redator da *Deliberazione dei Cittadini Modenesi*, foram executados por enforcamento. Pouco menos de dez anos depois dos eventos de 1822, o Ducado de Módena produziu dois novos mártires, fazendo dele o centro do reacionarismo italiano nos anos posteriores.

O fracasso da insurreição modenense e o seu trágico desfecho evidenciaram que a Itália da Restauração era unificada no plano repressivo (MANNORI, 2015, p.382), e que, além disso, o modelo insurrecional organizado pela Sociedade dos Carbonários mostrou-se novamente ineficiente e inadequado (ACTON, 2000, p.34; DUGGAN, 2016, p.132). Conforme apontou Lord Acton, era necessário que o movimento liberal fosse transferido para o campo da nacionalidade (2000, p.34), o que foi realizado por Giuseppe Mazzini, que defendia que a lealdade nacional deveria ser realizada quase como um sacerdócio (MONTANELLI, 2013, p.394).

Outro elemento que também contribuiu para que o projeto modenense se tornasse mal sucedido foi a dependência do auxílio francês, ou nas palavras de Indro Montanelli, o “auxílio dos de fora” (2013, p.14). A esperança dos insurretos era a ajuda vinda da França em decorrência do princípio de não intervenção, evocado pelo rei Luís Felipe de Orleans.

Este princípio, que inicialmente buscava evitar a interferência de um Estado nos afazeres políticos de outro, assumiu outra nuance a partir do momento em que a intervenção austríaca foi solicitada, sendo considerado válido apenas para o Reino do Piemonte-Sardenha (MONTANELLI, 2013, p.384), o único Estado da Península Itálica livre da dominação estrangeira. A partir deste momento, chegou-se à conclusão de que a libertação e a unificação nacionais seriam alcançadas apenas pelos italianos e por eles próprios (MONTANELLI, 2013, p.399).

3 Uma Tentativa de Unificação?

Ao se analisar os antecedentes e os eventos ocorridos no Ducado Estense, certamente surgem alguns questionamentos: Como caracterizá-los? Já é possível trata-los como tentativas de unificação? O objetivo desta seção é buscar responder a estas questões, utilizando como respaldo as ponderações teóricas de Eric Hobsbawm, Lord Acton e Franco Gaeta sobre nacionalismo e, aquelas

de Pietro Finelli sobre municipalismo. Além desta discussão teórica, será realizada a análise do documento *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d'Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*.

Acerca da caracterização do movimento modenense pela historiografia, convém apresentar como esta se deu pelos autores aqui analisados. Ludovico Testa, em seu ensaio intitulado *1831 e dintorni*, aponta que os movimentos de 1831, de modo geral, possuíram caráter regionalista, atingindo o caráter unitário apenas em 1848. Seu argumento é sustentado pelo fato de os antagonismos municipais terem inviabilizado a criação de um plano de defesa e cooperação militar (TESTA, [s.d.], p. 36), algo que fica evidente na ausência de intervenção dos bolonheses em Módena, quando da repressão promovida pela Áustria, e da rejeição à participação de representantes tanto do Ducado Estense, quanto do Ducado de Parma nas Províncias Unidas Italianas (TESTA, [s.d.], p.38).

Doumanis corrobora as ponderações de Testa ao apresentar que poucos italianos ansiavam verdadeiramente pela unificação, postura assumida até mesmo pelos personagens conhecidos, até hoje, como *Padri della Patria*, que deixaram os interesses municipais suplantarem os nacionais (DOUMANIS, 2001, p. 47). Além, é claro, do fato de as localidades estarem mais interessadas no alcance de seus objetivos do que propriamente na unidade nacional.

Ainda sobre esta questão, o historiador britânico Christopher Duggan reitera o que fora exposto anteriormente por Testa, ao apresentar que as cidades não tiveram a habilidade de deixar suas antigas rivalidades de lado, a exemplo de Módena e Bolonha (2016, p. 131). Segundo este autor, nem mesmo as experiências insurrecionais ocorridas no Ducado Estense escaparam destas tensões, pois o Governo Provisório de Módena e Reggio só foi formado após muitas disputas (DUGGAN, 2016, p.132).

Para além das rivalidades latentes e dos antagonismos locais, outro elemento também é evocado pela historiografia como responsável pelo fracasso dos movimentos de 1831, o modelo organizacional proposto pelas sociedades secretas, com destaque para aquele promovido pela Carbonária. Segundo o jornalista e historiador italiano Indro Montanelli, os carbonários não tiveram a habilidade necessária para transformar a revolta em uma revolução (2013, p. 14). Esta foi uma das razões para que o período posterior à repressão dos movimentos de 1831 tenha sido marcado pela transição da atividade sectária para a formação de um movimento unificado e coerente em que a unificação fosse o objetivo primordial, de acordo com Nicholas Doumanis (2001, p. 53).

Contudo, a fragilidade da organização das insurreições não se deveu apenas à inabilidade da gestão dos governos provisórios, mas também ao estabelecimento do objetivo final por parte dos sectários, que não era propriamente a unificação nacional italiana, mas sim a adoção de constituições (DOUMANIS, 2001, p.54; PECORARO, 2001, p.837). A este elemento somam-se as ponderações de Christopher Duggan e Alfonso Scirocco, que apontam que os movimentos de 1831 foram movidos pela intolerância política dos governos, que negavam a liberdade de imprensa e concediam autonomia escassa, e pela crença na possibilidade de reformas dentro do quadro de Estados existentes (SCIROCCO, 2004, p. 145; DUGGAN, 2016, p.134).

Boa parte das análises aqui apresentadas aponta para a prevalência dos interesses locais sobre os nacionais e dos fortes antagonismos municipais como inviabilizadores da realização de um programa de atuação voltado para o alcance da unidade nacional. Para a melhor compreensão do porquê da manutenção dos fortes localismos, convém retomar o conceito de municipalismo, apresentado por Pietro Finelli (2015).

Finelli apresenta o municipalismo como um neologismo surgido na Península Itálica nos Oitocentos, durante o Período da Restauração, que pode ser sintetizado como o “patriotismo das pequenas pátrias” (2015, p.335-336). Segundo o autor, o municipalismo pode ser compreendido como um patriotismo de dimensões pequenas ou médias, que terá como consequência principal a lealdade maior às províncias do que à Itália de fato (FINELLI, 2011, p.338).

Os antagonismos municipais foram reavivados no Período da Restauração, pois as entidades locais foram reativadas no momento anterior, durante o decênio napoleônico. O reavivamento destes antagonismos municipais foi um entrave para a organização de um movimento que advogasse em prol da unificação italiana de fato. Entretanto, paulatinamente, o municipalismo foi enfraquecendo ao passo que o movimento pela unificação nacional foi se fortalecendo e, posteriormente o Estado Unitário foi se afirmando (FINELLI, 2015, p.335).

Porém, em contrapartida, um dos autores analisados, o historiador Jean-Baptiste Duroselle, aponta que as insurreições tiveram, ao mesmo tempo, um objetivo político e nacional (DUROSELLE, 1985, p.17). Esta reflexão leva à necessidade de se pensar o movimento insurrecional modenense como uma insurgência que também foi caracterizada pela presença do nacionalismo, assim como outros eventos ocorridos na Europa naquele período.

Conforme fora exposto anteriormente por Testa, os movimentos ocorridos na Península Itálica alcançaram a busca pelo caráter unitário apenas em 1848 ([s.d.], p.8), por conta da presença ainda acentuada dos municipalismos e das rivalidades regionais. Entretanto, é necessário que se

pense que a sustentação das nações ocorreu por conta do nacionalismo, ideologia cuja expansão e consolidação ocorreu após três fases: a primeira seria caracterizada como uma fase intelectual, a segunda marcada pela aquisição de líderes e militantes e, a terceira concluir-se-ia com a participação das massas (HOBSBAWM, 1991, p.21 apud FILHO, 2008, p.24).

Outra análise bastante contundente veio do historiador italiano Franco Gaeta em sua obra *Il nazionalismo italiano*, onde o autor aponta que o nacionalismo da forma como é conhecido atualmente é consequência da Revolução Francesa (1981, p.5). Este evento foi responsável por ancorar a nação à ideia da soberania popular e da resistência à opressão, que retoma a teoria do contrato social de Rousseau, uma vez que defende que o corpo coletivo, a nação, deve possuir participação ativa nas decisões do Estado (GAETA, 1981, p.8-10).

Gaeta também sustenta na obra supracitada que a concepção de nação adquiriu duas feições no século XIX, uma política e outra cultural (1981, p.6). A primeira está associada aos elementos dispostos acima e se relaciona diretamente ao âmbito da História Política, já a segunda, por sua vez, liga-se a elementos como a língua, cultura e religião. Segundo o autor, o grande responsável pelo estabelecimento desta segunda conexão foi o escritor alemão Johann Gottfried von Herder, que considerou a linguagem como a expressão da alma de um povo, por meio do conceito conhecido como *volk* (GAETA, 1981, p.11-12).

Foi por volta da década de 1830, que ocorreu a transição da nuance política da nação para aquela cultural, conforme ponderou o historiador britânico Eric Hobsbawm, quando segundo ele o movimento em favor da revolução dividiu-se e um dos resultados foi a origem de movimentos conscientemente nacionalistas, a exemplo dos “movimentos jovens”, como a Jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Alemanha, Jovem Irlanda, Jovem França e Jovem Suíça (HOBSBAWM, 1977, p.151).

Ao apresentar estes movimentos, Hobsbawm também aponta que eles foram criados diretamente ou tiveram sua criação inspirada pela atuação de Giuseppe Mazzini (1977, p.151). Mazzini foi o grande responsável por ancorar a nação a uma espécie de filosofia da História por meio da união de elementos políticos e metafísicos-teleológicos, de acordo com Franco Gaeta (1981, p.13-14).

Nicholas Doumanis, ao se debruçar sobre esta questão, aponta que o despertar nacional dos italianos ocorreu no período entre 1814 e 1860 e, que foi a partir dos anos 1830 que surgiram movimentos conscientemente nacionalistas (2001, p.46). Doumanis também indica que Mazzini é considerado o pai do nacionalismo italiano e criador do primeiro movimento conscientemente

nacionalista, a *Giovane Italia*, que foi responsável por sustentar a questão da unificação (DOUMANIS, 2001, p.53; DUGGAN, 2016, p.134).

Outro autor que indicou a importância de Giuseppe Mazzini para o campo das nacionalidades foi o historiador britânico Lord Acton (2000, p.34). Em seu texto intitulado *Nacionalidade*, Mazzini foi apresentado pelo autor como o responsável por transferir a luta política para o campo das nacionalidades, após o mesmo constatar a ineficiência da Sociedade Carbonária, durante seu exílio na cidade francesa de Marselha (ACTON, 2000, p.34), onde fundou a Jovem Itália em julho de 1831.

Uma consideração bastante relevante também feita por Acton neste texto refere-se à essência dos movimentos insurrecionais até 1831, caracterizados como contrários à opressão estrangeira. Entretanto, a oposição à dominação estrangeira resultaria na ocorrência de sublevações, apenas se estes estrangeiros fossem opressores; sendo considerada *sine qua non* a associação do estrangeiro com um governo despótico (ACTON, 2000, p.32-33). Nas palavras de Acton:

No período entre 1825 e 1831, resolveu que não seria mal governado por estrangeiros. Muitas vezes, o governo francês foi melhor do que aquele a que havia deposto, mas havia pleiteantes anteriores à autoridade exercida pelos franceses. No começo, a disputa nacional foi uma disputa pela legitimidade. No segundo período, esse elemento esteve ausente. Nenhum príncipe deposto liderou os gregos, os belgas ou os poloneses. Os turcos, os holandeses e os russos foram atacados não como usurpadores, mas como opressores – por governarem mal, e não por serem de uma raça diferente (ACTON, 2000, p.32-33).

Estas ponderações teóricas de Acton, Gaeta e Hobsbawm acerca da evolução política do nacionalismo ao longo do século XIX e de como o caso italiano ilustrou este percurso podem ser percebidas ao analisar o documento intitulado *Idee per organizzare delle intelligenze fra tutte le città d'Italia per la sua indipendenza, unione e libertà*, redigido por Ciro Menotti em 1830.

Este documento é considerado como o mais importante para a compreensão da revolução de 1831, principalmente quando a condução desta foi assumida por Ciro Menotti (SORBELLI, 1931, p.259). Nele estão presentes os planos constitutivos para a condução do movimento insurrecional de acordo com as aspirações e convicções de Menotti.

Menotti defendia que deveriam ser formados comitês locais onde ocorressem insurreições, estes deveriam agir seguindo um plano igual de operações e estariam sujeitos às ordens vindas de um Comitê Central de Italianos, sediado em Paris, mas que seriam auxiliados por outros existentes na Suíça e, em outras regiões da própria França (SORBELLI, 1931, p. 262-263). Estes comitês corresponderiam à emanção da vontade geral dos italianos como um todo, no caso do Comitê Central, bem como das cidades e províncias, no caso dos Comitês Locais (SORBELLI, 1931, p.263).

Conforme consta no documento: “Lo scopo di tutti questi Comitati deve essere l’adempimento dei voti degli Italiani i quali tutti reclamano in silenzio e fremendo, l’Indipendenza, l’Unione e la Libertà di tutta l’Italia¹⁵” (SORBELLI, 1931, p.263).

O propósito final de ambos os comitês seria a formação de um Reino da Itália unificado e independente constituído por meio de uma Monarquia Representativa em que o soberano seria escolhido por um Congresso. Este Estado teria como capital provisória a cidade de Bolonha, visando à cidade de Roma como capital definitiva (SORBELLI, 1931, p.263).

O mote central do Reino da Itália idealizado por Ciro Menotti seria “*indipendenza, unione e libertà*”, conforme consta no título de seu plano, tendo seu estandarte formado pelas três cores, que atualmente compõem a bandeira italiana, e pelo sinal da cruz. A organização do Estado idealizado por Menotti e o seu pacto constitutivo encontram-se melhor evidenciados no seguinte trecho:

A questo fine tutti devono tendere e formare poscia dell’Italia una Monarchia Rappresentativa, dando la Corona a quel soggetto che verrà scelto dall’Assemblea o Congresso Nazionale e che Roma fosse la Capitale – quella Roma che non ebbe eguale e che non l’avrà mai nell’opinione dei presenti e dei posteri. Indipendenza, Unione e Libertà siano il grido dell’Italia rigenerata, e lo stendardo dei tre colori, verde rosso e bianco, sia composto ancora dalla Croce chè così avremo il simbolo del trionfo della Libertà e della Religione¹⁶ (...) (SORBELLI, 1931, p.263)

Ambos os trechos destacados reiteram as exposições teóricas apresentadas anteriormente, com destaque para aquelas de Gaeta (1981), acerca da soberania popular como fundamento das nações. Seria imprescindível que os Estados formados e aqueles que se buscava criar, a exemplo do Reino da Itália, representassem a vontade geral dos indivíduos.

Outro elemento conveniente de ser destacado é a organização em comitês, que atuariam de forma bastante similar, embora em instâncias diversas. Os primeiros deles, os comitês locais deveriam ser formados nas cidades e províncias onde ocorressem insurreições. Estes enviariam seus representantes ao Comitê Geral, sediado na cidade de Bolonha, cidade que representaria um ponto de centralização até este momento. Acima de ambos, estaria o Comitê Central, emanção da vontade geral de todos os italianos, que foi apresentado anteriormente (SORBELLI, 1931, p. 264-265).

¹⁵ Tradução do Italiano: O propósito de todos estes comitês deve ser o cumprimento dos votos dos italianos os quais reclamam em silêncio e furiosos, a independência, a união e a liberdade de toda a Itália (tradução própria).

¹⁶ Tradução do Italiano: Para esta finalidade todos devem tender e fazer da Itália uma Monarquia Representativa, dando a Coroa aquele que será escolhido pela Assembleia ou Congresso Nacional e que Roma fosse a capital – a Roma que não houve igual e que nunca terá na opinião dos presentes e dos posteriores. Independência, União e Liberdade sejam o grito da Itália regenerada, e o estandarte das três cores, verde, vermelho e branco, seja composto ainda pela Cruz, e que assim teremos o símbolo do triunfo da Liberdade e da Religião (...) (tradução própria).

Este sistema de comitês ficaria vigente até o estabelecimento de um pacto fundamental, que regeria a monarquia representativa italiana. Enquanto este pacto não fosse estabelecido, a forma de organização seria a de um governo provisório. Nos últimos trechos do documento, ao fazer menção a algumas das principais cidades da região central da Península Itálica, é possível perceber os contatos insurrecionais estabelecidos por Menotti com os sectários e insurretos de localidades como Florença, Parma, Bolonha e Romanha, conforme foi apresentado na segunda seção deste artigo. Estas menções encontram-se da seguinte maneira:

Queste idee, gettate là, sono quelle della universalità degli Italiani i più illuminati di Parma, Reggio, Modena, Bologna, tutta la Romagna, Roma e Firenze e tutti quelli che sonosi intesi e che si sono costituiti intanto in Comitato Locale¹⁷ (...) (SORBELLI, 1931, p.265)

Por meio do conteúdo deste documento, é possível comprovar um dos argumentos expostos por Ludovico Testa, em seu ensaio *1831 e dintorni*, que aponta que a busca pela unificação começava a se aproximar do horizonte de atuação dos insurretos italianos (TESTA, [s.d.], p.28). Entretanto, o interesse propriamente unitário ainda era ofuscado pelos regionalismos e municipalismos.

Ainda que o municipalismo fosse bastante evidente, conforme foi possível inferir nas obras analisadas e nas ilações de Pietro Finelli (2015), as insurreições ocorridas na Península Itálica, a exemplo da experiência estense, não devem ser estudadas de forma destoadada das demais ocorridas no continente europeu no que concerne à presença do nacionalismo, pois elas também evidenciam o percurso do movimento das nacionalidades no século XIX, caracterizado pela primazia do discurso político em um primeiro momento e, posteriormente incrementado pelo viés cultural.

Este discurso político, característico da primeira fase, correspondeu, no caso dos movimentos de 1831, à luta do povo contra o Absolutismo e o mau governo, a partir do momento em que reivindicou para si o direito à soberania, o dever de combater a opressão e a participação na condução do Estado.

¹⁷ Tradução do Italiano: Estas ideias, ali lançadas, são as da universalidade dos Italianos os mais iluminados de Parma, Reggio, Módena, Bolonha, toda a Romanha, Roma e Florença que têm como objetivo e que se constituíram até o momento em Comitê Local (...) (tradução própria).

4 Considerações finais

Inegavelmente, seria uma tarefa difícil, ou praticamente impossível, tentar dissociar a História Política europeia do século XIX dos nacionalismos, já que este século foi fortemente marcado pela defesa e expansão dos movimentos das nacionalidades, conforme ficou evidente no surgimento de novos países, a exemplo da Grécia, da Bélgica e, mais tardiamente, da Itália e da Alemanha.

Ao discorrer sobre o conceito de nacionalismo, Lucio Levi aponta que ele compreende uma luta em dois planos: interna e externamente, em que o primeiro corresponde à defesa da soberania popular, enquanto o segundo pressupõe a luta pela autodeterminação dos povos (LEVI, 1998, p.799). Levi, em seguida, corrobora o que foi apresentado pelos autores aqui apresentados ao conceber a evolução histórica do nacionalismo em fases, e a primeira delas corresponde à existência de ligações mais fortes com comunidades territoriais menores do que a nação, mas que foram se diluindo à medida que os movimentos nacionais foram se estruturando, a exemplo do que ocorreu na Península Itálica após a ocorrência dos movimentos de 1831 e graças ao papel de Giuseppe Mazzini.

A experiência modenense analisada ao longo deste texto ilustra de forma bastante coesa a manifestação do nacionalismo, bem como a sua importância para a concretização da unificação italiana, evidenciando que a atuação conspirativa já almejava esta concretização, ainda que seja precoce considerá-lo uma tentativa de unificação, dada a manifestação ainda significativa do municipalismo.

Referências Bibliográficas

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Documenti risguardanti il governo degli Austro-Estensi in Modena dal 1814 al 1859 (tomo I). Modena: Nicola Zanichelli Librai ed Editore, 1860.

DOUMANIS, Nicholas. **Italy: Inventing The Nation**. London and New York: Oxford University Press, 2001.

DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1985.

FILHO, Antônio Sergio Malaquias de Queiroz. **O Concerto Europeu e a Paz no Século XIX: a Estabilidade, a Ordem, o Imperialismo e os Movimentos Nacionais para as Grandes Potências** (trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Relações Internacionais da UniCEUB), 2008, 74f.

FINELLI, Pietro. Municipalismo. In: BANTI, Alberto Mario et al. (orgs.). **Atlante Culturale del Risorgimento: Lessico del Linguaggio politico dal Settecento all'Unità d'Italia**. Roma – Bari: Editori Laterza, 2015.

FRIGERIO, Alessandro. **Risorgimento e Unità d'Italia: Schemi Riassuntivi, Quadri d'approfondimento**. Novara: De Agostini, 2011.

GAETA, Franco. **Il Nazionalismo Italiano**. Roma-Bari: Editori Laterza, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

La rivoluzione del 1831 nei Ducati e nello Stato Pontificio. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1005>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política (Volume 1)**. Brasília: Editora UNB, 1998.

MANNORI, Luca. Unità. In: BANTI, Alberto Mario et al. (orgs.). **Atlante Culturale del Risorgimento: Lessico del Linguaggio politico dal Settecento all' Unità d'Italia**. Roma-Bari: Editori Laterza, 2015.

MONTANELLI, Indro. **L'Italia giacobina e carbonara 1789-1831**. Milão: RCS Libri S.p.A, 2013; **Moti del 1830-31**. Disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/moti-del-1830-31_\(Dizionario-di-Storia\)/>](https://www.treccani.it/enciclopedia/moti-del-1830-31_(Dizionario-di-Storia)/>). Acesso em: 31 mai. 2024.

NARCISO, Luiz Felipe. I Moti del 1820 in Italia: 200 anos dos movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica. **Revista Historiador**, DOI: 10.5281/zenodo.10578593, ISSN: 2176-1116, 2021, p.163-182.

NARCISO, Luiz Felipe dos Santos. Dois Carbonários no Ducado de Módena: Uma Análise das Trajetórias de Giuseppe Andreoli e Ciro Menotti (1820-1831). In: AMOROSO, Mauro Henrique de Barros; REIS, Thiago de Souza dos (orgs.). **Anais do 4º Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2024.

OAKES, Augustus; MOWAT, R.B. (orgs.). **The Great European Treaties of the Nineteenth Century**. Londres: Oxford Press, 1930.

PECORARO, Mario. Massoneria, società segrete e “congiura estense”. In: SPAGGIARI, Angelo.

TRENTI, Giuseppe. (orgs.). **Lo Stato di Modena: Una Capitale, una dinastia, una civiltà nella storia d'Europa**. Módena: Ministero per I Beni e Attività Culturali, 2001.



SCIROCCO, Alfonso. **Storia Universale: Il Risorgimento Italiano** (tomo 18). Milão: RCS Quotidiani Spa, 2004.

SORBELLI, Albano. **Un prezioso cimelio menottiano nella Biblioteca dell'Archiginnasio di Bologna**. 1931. Disponível em: <<http://badigit.comune.bologna.it/books/bollettino/pdf/1931-10.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

TESTA, Ludovico. **1831 e dintorni**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fondazionealtobelli.it/1831-e-dintorni-un-saggio-di-ludovico-testa/>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

VANNUCCI, Atto. **I Martiri della Libertà Italiana dal 1794 al 1848**. Milão: L.Bortolotti e C. Tipografi e Editori, 1880.